

CORREIO PAULISTANO

Laura Lima/Câmara de SP



função ficará a cargo de Ana Carolina Oliveira (PODE)

Comissão de Finanças define relatoria da LDO 2027

Nesta quarta-feira (6), a Comissão de Finanças e Orçamento definiu o integrante do colegiado responsável pela relatoria do Projeto de Lei, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027. A função ficará a cargo da vereadora Ana Carolina Oliveira (PODE). A parlamentar afirmou que pretende conduzir os trabalhos com base em critérios técnicos e no diálogo, visando contribuir para que o orçamento municipal contemple as principais demandas da população. O vice-presidente da Comissão, vereador Major Palumbo (PP), ressaltou o comprometimento da parlamentar com a análise das finanças públicas e destacou a importância da relatoria para a construção do orçamento municipal.

Audiência Pública discutirá IPTU

No dia 26 de maio, a Comissão de Finanças e Orçamento promove uma Audiência Pública para discutir cobrança de IPTU, alagamentos e regularização na região da Avenida Osvaldo Valle Cordeiro e em outros dois endereços localizados na zona leste da capital. A convocação do debate atende a um requerimento do vereador Alessandro Guedes (PT), que destaca várias reclamações de municípios sobre cobrança indevida de IPTU.

Fábio Jr. | CMSP



Projeto propõe remuneração base de R\$ 4,6 mil

Câmara debate piso salarial de fisios

Em reunião na Câmara Municipal de São Paulo, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais defenderam o PL (Projeto de Lei) 1.731/2021. A proposta, do senador Angelo Coronel (PSD/BA) tramita na Câmara dos Deputados em Brasília. A matéria trata do piso salarial das categorias. O encontro foi organizado pela Comissão de Assuntos Parlamentares do Crefito-3 (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região). O vereador Marcelo Messias (MDB) apoiou a iniciativa. O projeto propõe uma remuneração base entre R\$ 4,6 mil e R\$ 4,8 mil.

Sistema Municipal de Cultura

A Câmara Municipal de São Paulo fez um encontro sobre o Sistema Municipal de Cultura, que foi tema de uma reunião organizada pela vereadora Luana Alves (PSOL), na segunda-feira (4/5), na Câmara Municipal de São Paulo. A parlamentar é autora do PL (Projeto de Lei) 467/2023, que cria o sistema no município. O encontro contou com a presença de produtores e movimentos culturais.

Sena Madureira I

O MP-SP abriu investigação para apurar o projeto do túnel na Rua Sena Madureira, na zona sul da capital, orçado em cerca de R\$ 622 milhões. Objetivo é verificar possíveis irregularidades no planejamento, licitação e impactos ambientais da obra. O projeto já vinha sendo alvo de críticas por moradores locais.

Sena Madureira II

Especialistas também criticam pelos efeitos no trânsito, no meio ambiente e na estrutura urbana. Há questionamentos sobre estudos técnicos utilizados na proposta. O empreendimento foi retomado pela prefeitura após anos paralisado. O MP deve analisar documentos e ouvir responsáveis.

ViaMobilidade I

Um funcionário da concessionária ViaMobilidade morreu na madrugada desta quarta (6) após sofrer descarga elétrica durante um serviço de manutenção na Linha 9-Esmeralda, na zona oeste de SP. O acidente ocorreu nas proximidades da estação Morumbi, enquanto o trabalhador atuava na rede aérea.

ViaMobilidade II

Equipes do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar foram acionadas e prestaram socorro, mas a vítima não resistiu aos ferimentos causados pela descarga elétrica. Informações iniciais apontam que a causa da morte foi o choque elétrico. O caso será investigado, e a empresa informou que presta apoio à família e colabora com as autoridades.

Reintegração I

Um prédio ocupado por famílias sem-teto na região dos Jardins foi alvo de uma ação de reintegração de posse realizada na manhã desta quarta-feira (6). O imóvel, localizado na esquina das ruas Oscar Freire e Peixoto Gomide, era ocupado por cerca de 33 famílias. A operação teve apoio da Prefeitura e foi pacífica.

Reintegração II

A Prefeitura de SP disponibilizou estrutura para a retirada dos pertences dos moradores e acompanhamento por equipes da assistência social. Após a desocupação, as famílias deixaram o local antes da chegada da PM e buscaram abrigo com parentes ou em outras ocupações. O prédio tinha condições precárias.



Decreto proíbe o uso de imóveis HIS para locação temporária

Airbnb revisa anúncios de imóveis sociais em SP

Plataforma analisa divulgações e pode excluir unidades ilegais

Da Redação

A plataforma Airbnb iniciou um processo de verificação de anúncios de imóveis na cidade de SP e pode retirar da lista unidades enquadradas como habitação social que estejam sendo usadas de forma irregular para locação de curta duração. A medida ocorre após a Prefeitura intensificar o envio de informações sobre imóveis que não podem ser explorados comercialmente nesse modelo.

Proprietários de apartamentos cadastrados passaram a receber notificações informando sobre possíveis inconsistências nos anúncios e o risco de exclusão das ofertas. A análise considera dados oficiais encaminhados pelo poder público municipal, que identificam unidades destinadas a programas habitacionais voltados à população de baixa renda.

Desde 2025, um decreto municipal proíbe o uso de imóveis classificados como Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular para locação temporária. Essas moradias foram criadas com subsídios públicos e têm como finalidade garantir acesso à moradia para famílias de menor renda, não podendo ser destinadas a atividades comerciais desse tipo.

A iniciativa da plataforma ocorre em meio a investigações sobre o uso indevido desses imóveis. Apurações indicam que unidades

financiadas por políticas habitacionais acabaram sendo adquiridas por investidores e ofertadas em plataformas digitais de hospedagem, desviando sua função original.

O cruzamento de informações entre a Prefeitura e empresas do setor foi apontado como essencial para identificar irregularidades. A administração municipal já havia solicitado que plataformas digitais criassem mecanismos para bloquear anúncios de imóveis que não atendem às regras urbanísticas da cidade.

Além disso, a lista oficial com unidades de habitação social foi encaminhada às empresas para facilitar a identificação dos imóveis e permitir a adoção de medidas mais rápidas. A expectativa é que, com esses dados, seja possível ampliar a fiscalização e reduzir o uso indevido das moradias subsidiadas.

O tema também é discutido em investigações conduzidas na Câmara Municipal, que analisam possíveis fraudes na comercialização dessas unidades e o desvio de finalidade. A oferta desses imóveis no mercado de aluguel por temporada é vista como um dos principais pontos de irregularidade.

Com o novo processo de verificação, a tendência é que anúncios considerados incompatíveis com a legislação sejam removidos da plataforma. A medida busca alinhar a atuação das empresas às normas municipais e reforçar o controle sobre o uso de imóveis destinados à política habitacional na capital paulista.